



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho.

PROCESSO DE TRABALHO E SAÚDE: MANIFESTAÇÕES DO DESGASTE DA FORÇA DE TRABALHO NO ARRANJO PRODUTIVO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE PERNAMBUCANO

**RAFAELA MIRANDA DA SILVA¹
ANGELA SANTANA DO AMARAL²**

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar a relação trabalho e saúde em um Arranjo Produtivo Local na perspectiva de identificar o desgaste da força de trabalho nessa experiência produtiva, como parte dos processos de precarização a que estão submetidos os trabalhadores. A investigação foi fundamentada no aporte teórico metodológico da teoria social crítica e o percurso para alcançar esse propósito consistiu na revisão da literatura sobre o tema, na aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores. Os resultados evidenciaram que os trabalhadores dessa região são submetidos a condições altamente degradantes de trabalho, que lhes afeta a saúde.

Palavras-chave: Trabalho; Saúde; Precarização; Arranjo Produtivo Local

Abstract: This paper aims to analyze the relationship between work and health in a Local Productive Arrangement in order to identify the labor force attrition in this productive experience, as part of the processes of precarization to which the workers are subjected. The research was based on the theoretical methodological contribution of critical social theory and the course to achieve this purpose consisted of a review of the literature on the subject, the application of questionnaires and semi-structured interviews with the workers. The results showed that workers in this region are subjected to highly degrading working conditions, which affect their health.

Keywords: Work; Health; Precariousness; Local Productive Arrangement

1 INTRODUÇÃO

As novas configurações nos espaços de produção definidas pelas determinações histórico-ontológicas do capital contribuem para o surgimento de novas e (re)inventadas formas de exploração dos trabalhadores que incidem na saúde dos trabalhadores. Nesse contexto, identifica-se a existência de iniciativas que desconcentram a produção industrial dos grandes centros industriais e urbanos nos mais diversos setores, a exemplo dos Arranjos

¹ Estudante de Pós-Graduação. Centro Universitário Tabosa de Almeida. E-mail: <rafaelamir@gmail.com>

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco.

Produtivos Locais. Os APLs se constituem em polos que aglutinam pequenas e micro empresas pertencentes a uma determinada cadeia produtiva. Em geral, estão localizados em cidades afastadas dos grandes centros urbanos e com experiência produtiva em determinado ramo ou setor de produção, como é o caso do APL de Confecções do Agreste de Pernambuco, representados por municípios como Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

Este APL é constituído por micro e pequenas indústrias, lavanderias, facções, fabricos e feiras locais que atuam desde o processo de produção à comercialização de mercadorias. Segundo os documentos oficiais que conceituam esta experiência produtiva, a proposta dos Arranjos Produtivos Locais na realidade brasileira consiste em corrigir as desigualdades e heterogeneidades regionais históricas, tendo como base o desenvolvimento do território.

No caso específico do APL de confecções do Agreste de Pernambuco, identifica-se o predomínio de relações de trabalho precárias, marcadas pela informalidade e pelas diversas modalidades de inserção dos trabalhadores e trabalhadoras nos processos de trabalho. Essas modalidades dizem respeito à produção terceirizada de mercadorias, assalariamento, trabalho por peça, por conta própria, produção eventual, etc. Em um contexto onde existem diferenciados estatutos de trabalho, observa-se que a intensificação das jornadas de trabalho, a incipiência das instalações físicas e as condições ambientais, aliados à inexistência e/ou insuficiência de políticas de proteção social permitem qualificar a experiência dos trabalhadores do polo como expressão da superexploração da força de trabalho, conforme sustentam Costa (2012) e Mota (2013).

Levando-se em conta o caráter flexível, desprotegido e informal do trabalho aí presente, as condições em que este trabalho se realiza têm sérias implicações sobre a saúde dos trabalhadores, e, conseqüentemente, sobre o desgaste físico e mental da força de trabalho ocupada.

No primeiro item deste trabalho discutiremos sobre as dimensões das relações e condições de trabalho presentes no APL, bem como as tendências de aprofundamento destas no sentido da sua precarização e superexploração. No segundo momento, abordaremos as relações entre trabalho e saúde, além

de discutir os elementos constitutivos do desgaste da força de trabalho, cujas consequências rebatem na saúde dos trabalhadores. No terceiro tópico analisaremos como se manifesta a relação entre trabalho, saúde e precarização do trabalho no APL de Confecções do Agreste de Pernambuco.

2 AS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: A DINÂMICA PRODUTIVA DO POLO DE CONFECÇÕES DE PERNAMBUCO

A partir dos anos 1970 o cenário mundial é marcado pela crise do capital e colapso do modelo fordista-keynesiano³ de produção — conjuntura em que o capital dá início a um novo ciclo de reestruturação, produzindo amplas modificações nas esferas de produção e reprodução econômica e social.

A rigor, essa nova configuração do modo de produção capitalista afetou o mundo do trabalho e, conseqüentemente, a classe trabalhadora. De fato, foram instituídas uma série de mudanças no processo produtivo visando atender às novas exigências do capital, sobretudo, com reatualizados mecanismos de gestão e controle da força de trabalho, estabelecendo uma nova divisão com impactos diretos nas suas condições de vida.

Ao passo em que o capital acirra as exigências por renovadas competências, por parte dos trabalhadores, ocorre um aumento significativo da terceirização e o recrudescimento do trabalho precário, que, aliado à desresponsabilização do Estado, impulsiona a supressão dos direitos sociais e a fragilização do poder reivindicatório dos trabalhadores.

Na realidade brasileira, caracterizada por um modelo de capitalismo tardio, os rebatimentos da reestruturação produtiva do capital foram sinalizados mais fortemente a partir dos anos 1990 em consonância com as premissas da lógica neoliberal e da acumulação flexível. Mota e Amaral (1998, p.35), quando

³Baseava-se na produção em massa de mercadorias com uma estrutura de produção homogeneizada e fortemente verticalizada/hierarquizada. O binômio taylorista-fordista no final da década de 60 começou a dar sinais de saturamento, tanto em níveis econômicos quanto no crescimento de formas de resistências e lutas dos trabalhadores contra a lógica dominante e a exploração do trabalhador (ANTUNES, 2015).

apresentam os impactos de reestruturação produtiva na conjuntura brasileira evidenciam que

[...] a marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução dos postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalento, etc. (MOTA e AMARAL, 1998, p. 35).

É possível observar que o capitalismo vem apresentando uma conformação que acentua a sua lógica centralizadora e degradante, num cenário de elevado contingente de trabalhadores desempregados ou subcontratados e de profunda desigualdade social que são expressões de uma sociabilidade centrada nos interesses das classes dominantes que detêm os meios de produção e a riqueza socialmente produzida (ANTUNES, 2010). Dessa forma, a estratégia do capital centrou-se no uso de força de trabalho abundante e de baixo custo, sob o disfarce da modernização das relações trabalhistas (ANTUNES, 2006).

A reestruturação produtiva no Brasil tem implicado na coexistência de processos produtivos modernos e arcaicos que exigem a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, efetuados, principalmente, pelo processo de terceirização, contratações por tempo determinado e por produção, aumento do desemprego, extensas e intensas jornadas de trabalho, entre outros aspectos. Segundo Netto e Braz (2010), todas essas transformações têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro além de renovar as condições de exploração do trabalhador.

Nos Arranjos Produtivos Locais, a forma como se organiza o trabalho e a produção, através da realização de trabalhos parcializados, fragmentados e flexíveis, possibilita a exploração do trabalho de acordo com as novas exigências de produtividade das empresas capitalistas nos países dependentes, instituindo um novo perfil de trabalhador: autônomo, empreendedor, competitivo e adaptável às mudanças do mercado.

Na realidade do APL de confecções⁴, em especial, nos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, o segmento econômico principal é constituído de diversas unidades produtivas, como as micro e pequenas fábricas de confecções, facções, fabricos ou fabriquetas e as lavanderias que amaciam e tingem os tecidos. Nesta região, destacamos a existência de uma heterogeneidade nas formas em que se realiza o trabalho, sendo observados diversificados processos de trabalho, como o trabalho em domicílio, por peça, autônomo, temporário, informal, dentre outros. Nestes municípios, as relações e condições de trabalho evidenciam uma ampla precarização do trabalho, com ocupações com vínculos empregatícios formais e direitos trabalhistas regularizados, situadas quase exclusivamente nos espaços fabris das grandes e médias empresas aí existentes.

Na atual dinâmica capitalista, a ampliação da jornada de trabalho e a intensificação do uso da força de trabalho são elementos estratégicos que estruturam a superexploração da força de trabalho⁵. Neste processo, o capital busca desenvolver sua lógica de acumulação tendo como princípio a desvalorização da força de trabalho e o rebaixamento das condições que assegurem a sua reprodução e de suas famílias. Essa tendência que resulta na superexploração do trabalhador intensifica o desgaste da força de trabalho e aprofunda os agravos a sua saúde e reprodução, agora agudizada pela desproteção social promovida pelo capital e pelo Estado.

As consequências desse processo têm implicações diretas nas condições de saúde da classe trabalhadora, pois acentuam-se as formas de

⁴ Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama são os principais municípios que integram o APL de confecções do agreste de Pernambuco, no entanto, devido à expansão do setor produtivo na região, vários outros municípios circunvizinhos integram o APL de confecções, porém como uma produção inferior, como: Taquaritinga do Norte (especializada em moda feminina), Brejo da Madre de Deus, Surubim (especializada na produção de malha), Agrestina (especializada em moda feminina), Cupira (moda infantil), Pesqueira, Vertentes (especializada em *jeans*, com grande concentração de lavanderias), Belo Jardim, Riacho das Almas (especializada em *jeans*, com grande concentração de lavanderias), Frei Miguelino, Santa Maria do Cambucá, Casinhas, etc.

⁵ Com base nas análises de Marini, a superexploração da força de trabalho tende a se expressar através de três mecanismos: intensificação do trabalho (elevação da mais-valia relativa), prolongamento da jornada de trabalho (ampliação da mais-valia absoluta) e expropriação de parte do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho ou parte do fundo de consumo do trabalhador para transformá-lo em fundo de acumulação (TRASPADINI; STEDILE, 2011).

adoecimento relacionadas ao trabalho, tanto no que se refere às doenças ocupacionais que atingem fisicamente os trabalhadores quanto às doenças psicossomáticas e mentais que decorrem da instabilidade, dos riscos e das pressões presentes nos ambientes de trabalho e na vida social.

3 O PROCESSO DE DESGASTE DA FORÇA DE TRABALHO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE DOS TRABALHADORES

Na dinâmica produtiva do capital, o trabalho apresenta-se como meio do processo de valorização, que é determinado pela produção da mais-valia. Esta, por sua vez, é obtida a partir da “maior exploração possível da força de trabalho” (MARX, 2013, p.624).

Os mecanismos de extração da mais-valia se configuram como uma estratégia com a finalidade de recuperar o ciclo de expansão do capital e, ao mesmo tempo, “recompor seu projeto de dominação societal” (ANTUNES, 2010, p.21), afetando diretamente o mundo do trabalho. Tais mecanismos, ao produzirem elevados níveis de exploração do trabalhador, que, inevitavelmente, levam ao desgaste da sua força de trabalho e incidem nas condições da sua saúde e, portanto, na sua reprodução.

No Brasil, esse processo assume particularidades que devem ser evidenciadas e, neste ponto Marini traz alguns elementos para esse debate:

Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. [...] Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que **são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho**: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro: no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2009, p.156).

No contexto brasileiro a intensificação do trabalho se dá, principalmente, através do dispêndio de força física do trabalhador. Além disso, quando se

intensifica o trabalho, ocorre um desgaste⁶ prematuro da força de trabalho, pois o trabalhador, ao produzir mais em menos tempo despende uma quantidade de trabalho maior. Observamos nessa realidade a coexistência de modelos arcaicos de produção com modelos modernos, que acentuam o nível de superexploração da força de trabalho.

Essas mudanças no mundo do trabalho afetam profundamente a classe trabalhadora, individualmente e enquanto classe social. Por um lado, parcela da classe trabalhadora encontra-se cada vez mais exposta à flexibilização e à intensificação do trabalho, expressas pela instituição de práticas pautadas pela multifuncionalidade, polivalência, além da submissão a uma série de mecanismos de gestão que se utilizam da pressão psicológica para aumentar a produtividade. Por outro lado, trabalhadores, em maior quantidade, vivenciam experiências sob diferentes modalidades de vínculos e condições de trabalho que são viabilizados a partir de ambientes de trabalho que articulam menor desenvolvimento tecnológico e a jornadas mais extensas, maior insegurança e vulnerabilidade, como é o caso do trabalho desenvolvido na confecção de vestuário no APL de Confecções do Agreste.

No decorrer do processo de trabalho, os trabalhadores – consciente ou inconscientemente - ficam expostos aos mais variados elementos que podem debilitar sua saúde, causando doenças e acidentes, mesmo que esses efeitos, na maioria das vezes, não sejam detectados de forma imediata, mas, em longo prazo (LAURELL & NORIEGA, 1989).

O processo saúde-doença afeta dimensões da organização, divisão, processo e relações sociais construídas no ambiente de trabalho e que incidem diretamente na saúde dos trabalhadores: produtividade, impactos de inovações tecnológicas, desemprego, intensificação do ritmo de trabalho (FREIRE, 2008). Dessa forma, o intuito de realizar uma análise do processo saúde-doença no trabalho deve considerar não só os aspectos próprios do ambiente de trabalho como também aqueles relacionados à vida do trabalhador na sua totalidade.

Desse modo, tanto as condições objetivas quanto as subjetivas da classe trabalhadora são afetadas pelo caráter destrutivo do capital. A força de

⁶ Consideramos desgaste a destruição gradual ou repentina de órgãos, bem como a limitação de desenvolver uma potencialidade psíquica ou biológica, podendo se expressar ou não no que a medicina reconhece como patologia (LAURELL E NORIEGA, 1989).

trabalho, considerada mercadoria fundamental no processo de produção capitalista, é demandada pelo mercado, que exige a saúde necessária para executar as atividades no processo de trabalho.

Portanto, para o proprietário dos meios de produção, a saúde representa a manutenção do potencial produtivo da força de trabalho; já para o trabalhador refere-se aos seus processos vitais, condição para se manter vivo enquanto força de trabalho ativa, não importando se tenha qualidade de vida ou não. Importa que o trabalhador esteja em condições de trabalhar, de produzir mais e mais para o capital.

Com as novas formas de gestão e organização do trabalho cada vez mais intensificadas e determinadas pelo cumprimento de metas e prazos, o processo de saúde/doença adquire outras configurações. O trabalhador é compelido a exercer atividades laborais em condições precárias, informais, com baixos salários, ritmos intensificados, extensas jornadas de trabalho, sob contratos de trabalho temporários, terceirizados. Tudo isso sendo amparado por uma sistemática desregulamentação das políticas de proteção social ao trabalho, como legislações trabalhistas e previdenciárias. Estas mudanças no mundo do trabalho levam à degradação física e mental dos trabalhadores, aumentando o número de acidentes e doenças de trabalho e reduzindo o seu tempo de vida útil.

Na conjuntura atual, a instabilidade e o medo ganham espaço no cotidiano da classe trabalhadora. As obrigações e as tensões no local de trabalho, o alto grau de exigência, o baixo domínio do trabalho e uma recompensa não correspondente ao esforço despendido, com salários baixos, falta de reconhecimento social e limitadas perspectivas profissionais em relação ao esforço realizado, estão atrelados ao desenvolvimento de agravos à saúde que se tornaram frequentes. Fadiga, déficits auditivos e visuais, transtornos de ansiedade, doenças mentais ou disfunções no sistema nervoso, infarto, hipertensão, doenças coronárias, úlceras, gastrites, asma — todos eles, de um ou outro modo, caracterizados como doenças do estresse, que podem ter, e provavelmente têm, no trabalho, a sua principal causa (DIESAT *apud* LOURENÇO, 2009, p. 63).

É verdade que as inovações tecnológicas têm contribuído para a redução de alguns riscos no trabalho, tornando-o menos insalubre e perigoso, como ocorre no setor metalúrgico e automobilístico. No entanto, cresce o número de doenças profissionais, como as Lesões por Esforço Repetitivo e Distúrbios Osteomoleculares Relacionadas ao Trabalho – LER/DORT. Também,

surgem novas formas de adoecimento, disfarçado ou mal caracterizado, relacionadas ao trabalho, como o stress, a fadiga física e a mental, além de outras expressões de sofrimento relacionadas ao trabalho, como o envelhecimento precoce e conflitos interpessoais no trabalho (SOUSA & SIRELLI, 2004 *apud* BRÁZ, 2011, p.63).

A incidência dessas novas formas de adoecimento está atrelada aos mais variados fatores, remetendo-se à forma de organização do trabalho associado ao ritmo extenuante e às excessivas horas de trabalho, além da insuficiência ou falta de descanso.

Os rebatimentos sobre o desgaste da força de trabalho também são expressos pelo aumento do número de acidentes de trabalho, apesar das subnotificações dos indicadores oficiais e pelos adoecimentos ocupacionais mais comuns na atualidade por decorrência das novas exigências ao trabalhador.

É fundamental atentarmos para o fato de que a degradação da saúde do trabalhador se estende para além de seu ambiente laboral e atinge todas as esferas de sua vida privada, pois o adoecimento representa um rompimento na vida cotidiana e modifica não só as relações sociais, como seu projeto de vida.

Esse cenário pode ser claramente verificado na realidade dos municípios que compõem o APL de confecções, uma vez que, nesta região, o trabalhador em domicílio é submetido constantemente a desgastes presentes no desenvolvimento de atividades: o ruído excessivo, a posição inadequada durante toda a jornada de trabalho, iluminação insuficiente, movimentos repetitivos, pressão constante do contratante para entregar a produção no período determinado, extensão da jornada de trabalho, cansaço, pressão psicológica, sem direitos e garantias trabalhistas, auto-cobrança para conseguir terminar a produção e ter uma remuneração para arcar com as despesas no fim do mês, entre outros. Além disso, este/a trabalhador/a convive com a

insegurança e incerteza se, no dia seguinte, na outra semana ou no mês seguinte continuará a receber encomendas. O processo de desgaste dos trabalhadores que estão inseridos na dinâmica produtiva da confecção reflete, portanto, as condições de precarização e superexploração da força de trabalho neste território.

O que ocorre é que a precariedade das condições de trabalho aumenta os riscos de acidente neste ambiente e o acometimento por doenças ocupacionais que podem causar dano à existência do trabalhador. Além disso, a precarização das condições e relações de trabalho contribui significativamente para a degradação das condições pessoais e profissionais.

4 CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE: OS AGRAVOS À SAÚDE DO TRABALHADOR NO APL

No APL de Confecções, particularmente nos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, o processo de reestruturação produtiva do capital repercutiu imediata e mediatamente na flexibilização e precarização do trabalho e nas suas relações sociais, como se verifica na transferência de parte da produção de peças de vestuário para os fabricos ou facções.

A produção, geralmente, ocorre nos espaços domésticos, em pequenos empreendimentos informais, como um mecanismo de rebaixar os custos da produção. Concordamos com Tavares (2004), quando esta afirma que a transferência da produção para os domicílios, além de se configurar numa invasão ao ambiente doméstico, envolve toda a família, não deixando lugar para as outras dimensões da vida do trabalhador.

O trabalhador por conta própria, predominante na realidade dos municípios que compõem o APL, diante da suposta autonomia que lhe é conferida sob o discurso de “oportunidades”, tem sua realidade marcada pela cultura do empreendedorismo e da empregabilidade, através de investimentos do Estado e dos seus aparelhos privados de hegemonia. Nesta lógica, o capital difunde a ideia de que o trabalhador é livre e não tem patrão, pois não precisa se submeter à estatutos formais de emprego.

Nesta modalidade de trabalho, a jornada varia conforme a quantidade de peças encomendadas e o ritmo de trabalho. Além disso, a renda dos trabalhadores depende da sua produtividade, sendo o potencial da sua força de trabalho a única variável deste tipo de remuneração. Logo, nesta dinâmica, para obter mais renda o trabalhador é impelido à ampliação da jornada de trabalho até o seu limite físico.

A intensidade e o ritmo do trabalho e as horas excessivas da atividade laboral são aspectos fundamentais da organização do trabalho para compreender os impactos à saúde do trabalhador, pois não afetam somente o físico do ser humano, mas também o psíquico.

De acordo com Dal Rosso (1996),

A jornada de trabalho se expressa primeiramente pelo componente de duração, que compreende a quantidade de tempo que o trabalho consome das vidas das pessoas. A questão tem diversas implicações, três das quais são aqui destacadas: afeta a qualidade de vida, pois interfere na possibilidade de usufruir ou não de mais tempo livre; define a quantidade de tempo durante o qual as pessoas se dedicam a atividades econômicas; estabelece relações diretas entre as condições de saúde, o tipo e o tempo de trabalho executado (DAL ROSSO, 1996, p. 31).

No trabalho em domicílio, o trabalhador é submetido à alta produtividade através das extensas e intensas jornadas de trabalho, e geralmente, o pagamento se dá por peça produzida. Ocorre nessa dinâmica a intensificação da exploração da força de trabalho, o que influi significativamente no processo de desgaste da força de trabalho. Sob esta lógica capitalista, o trabalhador, para ganhar mais, eleva a intensidade do trabalho, prolonga a jornada de trabalho e incorpora toda a força de trabalho familiar.

A pesquisa⁷ por nós realizada revela que a carga horária diária de mais da metade dos trabalhadores entrevistados de Toritama (52%) trabalha 10

⁷ A coleta de dados da pesquisa foi realizada a partir de entrevista e aplicação de questionários em grupos de trabalhadores das facções nos quais identificamos os resultados obtidos naquele grupo entrevistado como uma informação sentinela para os demais trabalhadores envolvidos no processo produtivo. Com base no critério de acesso e nas considerações sobre sítio sentinela, a amostra pesquisável para este estudo consistiu em 52 trabalhadores entrevistados. Destes, 37 responderam ao questionário (Composto por 62 questões, cujo objetivo foi estabelecer um conhecimento sobre as condições de vida, trabalho e saúde dos trabalhadores das facções localizadas nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama) e 15 participaram de entrevista semiestruturada.

horas ou mais. Já em Santa Cruz, a maior parte dos entrevistados tem uma carga horária de 8 horas (57%). Nas épocas de maior produção a carga horária sofre um aumento drástico em ambas as cidades: em Toritama, 52% dos trabalhadores têm uma carga horária de 12 horas ou mais. O mesmo ocorre com Santa Cruz, no qual a média de horas trabalhadas por dia aumenta, e 64% passam a trabalhar acima de 12 horas.

Diante dessas condições observamos que ao passo que a intensificação aumenta, a jornada de trabalho se torna excessiva e a precarização das condições laborais se tornam fontes preponderantes de agravos à saúde dos trabalhadores. O que nos chama a atenção é que há uma tendência em creditar tais problemas à naturalização do desgaste da vida, distanciada do processo e relações sociais de trabalho.

A intensificação do trabalho, através das jornadas excessivas, que cada vez mais se faz presente na contemporaneidade, tem ocasionado o aumento das doenças relacionadas ao trabalho e criado condições para o aumento de acidentes causadores de incapacidade temporária e/ou permanente ou mesmo de mortes de trabalhadores, o que evidencia uma relação entre a saúde e o trabalho.

Nos depoimentos dos trabalhadores é possível evidenciar este cenário de precariedade, explicitado pela intensificação do trabalho, e que tem repercussões no âmbito da saúde do trabalhador, como exposto a seguir:

“Quando o movimento tá grande só saio da máquina para o necessário, pra comer, muitas vezes faço cerão” (Entrevistado 1).

“Eu pego mais peça quando o dinheiro não tá dando. Eu já cheguei a passar mal de tanto que eu costurei, eu cheguei a desbmaiar, eu tava sem conseguir dormir, muitos dias fazendo cerão até tarde, amanhecendo o dia praticamente, aí fiquei muito cansada. Aí a “patroa” disse que ia me passar menos peça, mas que quero ganhar dinheiro, pego mais porque eu preciso” (Entrevistado 2).

Sob uma realidade marcada pela informalidade, identifica-se que os trabalhadores se submetem às intensas e extensas jornadas de trabalho diante da necessidade de garantir para si e para a sua família os meios de subsistência essenciais à sua reprodução social.

Desta maneira, a renda obtida pelo trabalhador vinculado a esta dinâmica produtiva é variável, pois depende do seu ritmo de trabalho para produzir e da demanda por peças. Ou seja: quanto mais se trabalha na confecção maior é a renda, o que faz reforçar lógica de que cada trabalhador é responsável pela sua própria renda. Constatamos que o “sucesso” das unidades produtivas é sinônimo de excessivas horas diárias de trabalho e da usurpação do tempo de vida do trabalhador.

Em relação à renda média auferida pelo trabalhador mensalmente, 91% dos entrevistados de Toritama afirmaram receber em torno de 1 a 3 salários mínimos; já em Santa Cruz, 78% dos trabalhadores declararam receber até 1 salário mínimo.

De modo geral, as condições de trabalho no setor informal são insalubres, os ambientes de trabalho são marcados pela presença de múltiplos fatores de risco para a saúde e a ausência de dispositivos e mecanismos básicos de proteção. Soma-se a esses fatores de risco presentes ou decorrentes do trabalho a ausência de proteção legal, o descumprimento de normas básicas de segurança, a ausência de fiscalização, além da falta de cobertura do seguro social e acidentes do trabalho.

O espaço doméstico é subjugado ao processo produtivo. Neste cenário, são flagrantes a precarização das condições de trabalho e a invasão do espaço doméstico, com a presença de máquinas e equipamentos utilizados na confecção nos espaços improvisados (garagens, terraços e cômodos da casa), além da subtração da privacidade do trabalhador e da sua família e da exposição de todos a riscos inerentes a esses espaços produtivos.

As atividades laborativas realizadas no âmbito domiciliar têm causado a transferência de elementos de riscos ocupacionais para as residências dos trabalhadores. Representam, assim, o deslocamento dos riscos presentes no processo de trabalho para o interior das casas dos trabalhadores domiciliares. Este processo torna-se mais comum no atual contexto de flexibilização das relações de trabalho no qual estes trabalhadores além de arcarem com os custos produtivos e realizarem seu trabalho sob precárias condições de trabalho, são submetidos e submetem sua família aos riscos ocupacionais, ficando à mercê de uma política de saúde precarizada.

Ao questionarmos os trabalhadores a respeito do seu afastamento por problemas de saúde decorrentes do processo de trabalho, 57% deles afirmaram que já precisaram se afastar das atividades produtivas por motivo de saúde. Todos alegaram que, nesse período, não receberam nenhum tipo de pagamento, já que a modalidade do trabalho é, geralmente, por peça/produção.

O trabalhador nessa cadeia produtiva é submetido a um desgaste de forma constante e intensa e, que na maioria das vezes, não pode nem sequer adoecer, já que não possui nenhum respaldo legal no tocante ao seu afastamento do trabalho, não podendo perder nenhum dia de produção para não sofrer redução em sua renda. Para estes trabalhadores, um dia de trabalho perdido representa um decréscimo significativo em sua renda.

Diante das precárias condições em que vivem os trabalhadores da confecção, a pesquisa revelou uma série de aspectos que incidem no desgaste físico e mental do trabalhador.

As principais queixas relativas aos problemas de saúde dos trabalhadores inseridos na confecção são dores lombares, inchaço nos membros inferiores, cansaço, infecção urinária, além de problemas na visão. As condições de trabalho provocam inflamação nas estruturas osteomusculares, problemas lombares, visto que, a maioria dos trabalhadores realizam suas atividades sentados, com posturas incorretas e mantidas por longas horas e isso acarreta dores difusas pelo corpo devido à diminuição da circulação, o que leva a uma fadiga dos músculos, dos membros inferiores, superiores, coluna lombar e coluna cervical. Os assentos, geralmente, não são ajustáveis, o que prejudica o apoio da coluna lombar.

Destaca-se também a prevalência de dores persistentes nos ombros e coluna cervical, que aumentavam com o decorrer do tempo em operadores de máquinas de costuras além de ocorrências de LER/DORT entre esses trabalhadores, já que as atividades desenvolvidas por esses profissionais exigem um baixo nível de força muscular, o que permite a adoção de posturas desalinhasadas ou estáticas por um tempo prolongado.

Os trabalhadores ainda se queixam dos aspectos desagradáveis do ambiente de trabalho, inclusive por conta do ruído das máquinas e da temperatura quente no ambiente produtivo. Essa situação é ainda mais

agravada quando o local de trabalho invade o espaço familiar, tornando-se um espaço improvisado e inadequado à prática laboral.

As condições de trabalho precárias são as que causam maiores prejuízos aos trabalhadores, desgastando a sua saúde, colocando, muitas vezes, sua vida em risco, pois manuseando um maquinário obsoleto e sem manutenção, estão mais vulneráveis a sofrerem algum acidente de trabalho, já que executam suas atividades em condições insalubres que não são favoráveis à sua saúde física e mental.

Os entrevistados explicitam os diversos problemas e queixas, em especial, as dores na coluna, em consequência da má postura e da necessidade de estarem sempre sentados em frente às máquinas para executarem suas funções. Os maiores problemas relatados aparecem no final do turno de trabalho. Estes, geralmente, são intermitentes e perduram por longos períodos e mesmo assim os trabalhadores continuam a trabalhar nesta situação, evitando realizar tratamentos médicos para não comprometer o trabalho. 81% dos entrevistados não recorrem a nenhum tipo de tratamento médico, mas relatam desconfortos e dores. O pagamento por produção é um dos motivos que mantém o trabalhador desenvolvendo atividades, mesmo adoecido. Como mostra o depoimento dos trabalhadores:

“Eu não sou muito de ir pra hospital não, só se eu passar bem mal. Eu sei que a dor nas costas que sinto é de trabalho mesmo”
(Entrevistada 04)

“Acho que esses panos me prejudicam, soltam muito pêlo, também sinto dor nas costas, mas eu só paro quando eu termino de trabalhar, eu preciso entregar as peças porque se eu não entregar eu não ganho” (Entrevistada 07)

O que nos chama a atenção é que a maioria dos trabalhadores continua desenvolvendo suas atividades, apesar das dores, e relataram muitas vezes que a estratégia utilizada para amenizá-las é a ingestão de medicamentos por conta própria e adiando a procura por um profissional qualificado. O remédio, nesse caso, configura-se como uma ferramenta sempre disponível para o cumprimento da tarefa de reparar a dor. Ele é o recurso mais acessível que os trabalhadores dispõem para continuar lutando pela permanência no trabalho.

No campo das políticas voltadas à saúde do trabalhador, constatamos que suas ações e programas são fragmentados, visto que não contemplam as demandas e necessidades dos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, e muito menos daqueles precarizados, desprovidos de direitos trabalhistas, como é o caso dos trabalhadores de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O APL de confecções está inserido na dinâmica contraditória do desenvolvimento do capitalismo nos países de economia periférica e dependente, como é o caso do Brasil. Nessa dinâmica produtiva, parte significativa do tempo de vida e de outras dimensões de sociabilidade do trabalhador é subtraída. O processo de trabalho cuja a normalidade é o trabalho informal e desprotegido, não parece se relacionar às determinações sócio-históricas que levam ao desgaste da força de trabalho ativa. Neste caso, parece-nos que é a imediatividade da vida social que vem determinando a sujeição dos trabalhadores a processos tão degradantes de trabalho.

Ficou notório que a saúde do trabalhador está associada às relações sociais de produção/reprodução e aos diversos aspectos inerentes aos processos de trabalho. Na cadeia produtiva do vestuário em jeans o cenário é de generalizada precarização do trabalho, com altos índices de trabalho informal, intensidade e extensividade dos processos de trabalho, ausência ou insuficiência de serviços e políticas públicas e de organização político/sindical dos trabalhadores. Os trabalhadores dessa região são submetidos a condições altamente degradantes de trabalho que lhes afeta a saúde.

O trabalho na confecção de vestuário é extenuante, degradante e limítrofe ao que o corpo suporta. Os trabalhadores estão expostos a uma gama de riscos ocupacionais que se ampliam pela ausência de políticas de saúde preventiva.

Nessa realidade, o adoecimento e as queixas mais frequentes a que se referem os trabalhadores a respeito da sua condição de saúde é expressão da

condição da precarização estrutural sob a qual se configura o trabalho na contemporaneidade. Fica claro que nos marcos da sociedade capitalista, as configurações do mundo do trabalho concorrem para degradar as condições e relações dos que necessitam vender sua força de trabalho para adquirir os meios necessários à sua reprodução social.

Os trabalhadores vivenciam um processo de precariedade das relações e condições de trabalho que agridem a saúde, aliado à redução do papel do Estado na atenção à proteção social e no investimento de gastos sociais, com ações pautadas em intervenções mínimas e paliativas.

As conquistas em relação à prevenção, vigilância e proteção à saúde do trabalhador só podem ser pensadas através de iniciativas que deem visibilidade às condições de trabalho desses sujeitos, de uma resistência coletiva, por parte destes, e de uma politização- como contraface da naturalização das questões que determinam o desgaste da força de trabalho e o seu adoecimento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo editorial, 2015.

BRÁZ, Aline de Carvalho. **O trabalho domiciliar e seus impactos na saúde do trabalhador:** uma aproximação à realidade dos trabalhadores têxteis em Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

COSTA, Fabiana Maria da. **Trabalho e qualificação profissional no arranjo produtivo local de confecções do Agreste de Pernambuco:** a experiência de Toritama - Dissertação (Mestrado Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

DAL ROSSO, Sadi. **A jornada de trabalho na sociedade:** o castigo de Prometeu. São Paulo: LTr, 1996.

FREIRE, Lúcia Maria de Barros. O Serviço Social e a saúde do trabalhador diante da reestruturação produtiva nas empresas. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **A nova fábrica de consensos.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 167-194. 1 v.

LAURELL, Asa Cristina.; NORIEGA, Mariano. **Processo de Produção e Saúde: trabalho e desgaste operário.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.

LOURENÇO, Edvânia Ângela. Agravos à saúde dos trabalhadores no Brasil: alguns nós críticos. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 12, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/927/940>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário. **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior**, 2013. Disponível em: <www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/.../ubimuseum02.ana-elizabete-mota.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2017.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana de. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: Informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TRASPADINI Roberta; STEDILE João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.